

*Artigo

JORRANDO DINHEIRO

Há algum tempo que o MCCE vem denunciando uma manobra feita no orçamento estadual de Mato Grosso, e que prejudica em demasia os investimentos em políticas públicas, direcionando os tais “excessos de arrecadação” para o MP, TJ, TCE e AL.

Há mais do que uma sopa de letrinhas, há excesso de dinheiro!

Tudo começou na transição dos governos Dante de Oliveira e Blairro Maggi, quando o TCE pediu um “bererê” a mais para construir o prédio novo do Tribunal de Contas. No orçamento seguinte pediu para manter o “a mais” com fim de aquisição de móveis, como mesas e cadeiras. No orçamento posterior repete o pedido de manter a “gordura”, agora argumentando que necessitava contratar mais servidores, para ocupar aquelas mesas e cadeiras que havia comprado, e aí a ampliação “temporária” do orçamento foi permanente.

Na atualidade, todos os fundos especiais de arrecadação própria dos poderes e órgãos, como por exemplo o Funajuris (TJ) e Fundecontas (TCE), são utilizados para o cálculo da Receita Corrente Líquida (RCL) do Estado de Mato Grosso. E a RCL é a base de cálculo sobre a qual se define o repasse aos poderes.

A situação é tão esdrúxula que, se o governo fizer um convênio de R\$ 100,00 para construir uma escola, ao receber o repasse dos recursos deve reservar parcela desse dinheiro para o TJ, AL, TCE e MP.

E por essa razão acreditamos que a decisão da Assembleia Legislativa de Mato Grosso de restituir vinte milhões ao Poder Executivo é muito justa, e, ainda que tributo não possa ser vinculado a uma ação de governo, destinar essa verba para aplicação saúde não se parece inconstitucional.

O dinheiro está sobrando, os deputados continuarão seus trabalhos, não haverá solução de continuidade, e o parlamento não vai parar.

A mesma lógica se aplica ao Tribunal de Justiça.

Algumas pessoas, desavisadas ou em flagrante fraude intelectual, são contrárias à devolução de vinte milhões de reais, que, do mesmo modo, ficariam vinculados à construção de unidades de socioeducativos, segundo foi anunciado, dando esperança de recuperação a parcela esquecida da sociedade.

Os estabelecimentos socioeducativos são unidades de recuperação de crianças e adolescentes em conflito com a lei, a chance de recuperação é de 80%. Somente 20% daquelas figuras esqueléticas que ingressam no sistema voltam a cometer novo ato infracional. Diferente das penitenciárias, para onde alguns desejam mandar os menores com 16 anos, ali o índice de reincidência, a volta ao mundo do crime, é de 70%. Afinal, nas penitenciárias estão os “professores” do crime, aquele vai ao inferno do cárcere, não retornará para a sociedade como um ser angelical!

Por essa razão, ao devolver vinte milhões ao Poder Executivo para aplicação em unidades de acolhimento de adolescentes, é medida elogiável, o TJ merece aplausos, por respeitar a dignidade da pessoa humana dos adolescentes, seres frágeis em desenvolvimento (moral, intelectual e espiritual).

Resta agora ao Tribunal de Contas e Ministério Público renunciarem ao seu “excesso de arrecadação”.

Antonio Cavalcante e Vilson Nery são ativistas do MCCE (Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral) em Cuiabá/MT.

*Curtas

Posto Avançado da Justiça Federal

O prefeito de Tangará da Serra, Fábio Junqueira, acompanhado do vereador Rogério Silva e presidente da Subseção da OAB de Tangará, Josemar Carmerino, estiveram nesta quarta-feira em Brasília, em audiência no gabinete do presidente do Tribunal Regional Federal, buscando a implantação de um Núcleo da Justiça Federal em Tangará da Serra.

Segundo Junqueira a reunião foi produtiva e dela já ficou agendada uma visita a Tangará da Serra de engenheiros do TRF e do TRT para verificar o que falta na questão de infraestrutura para implantação do Posto Avançado da Justiça Federal no antigo prédio onde funcionavam as Varas do Trabalho. “A previsão do início de funcionamento do Posto Avançado provavelmente se dará ainda no primeiro semestre deste ano”, contou Junqueira, ao destacar, porém, que não foi decidido ainda se serão repassados imediatamente os processos que tramitam na Justiça Comum. “Após a implantação do Posto Avançado será feito um levantamento dos processos que estão na Justiça Comum e na Justiça Federal para traçar um planejamento de trabalho no Posto Avançado”.



Vara Federal

Ainda de acordo com Junqueira, logo que efetivada a implantação do Posto Avançado e iniciado seu funcionamento, será feito um pedido de criação da Vara Federal, com a possibilidade de sua criação em um futuro breve, pedido que será feito pela Subseção da OAB, Prefeitura Municipal, Legislativo Municipal, Deputado Federal Valtenir e TJMT.

Conquista

“O primeiro passo foi dado, agora temos que consolidar mais essa conquista para Tangará da Serra, com a criação de uma Subseção da Justiça Federal em nosso Município”, comemorou Junqueira, ao parabenizar a todos que apoiaram e se empenharam para a conquista deste antigo pleito não só da advocacia, mais de todo o jurisdicionado.

Equipamentos

As Unidades de Saúde da Família de Tangará já começaram a receber mais uma leva de equipamentos que foram adquiridos com recursos próprios pela Prefeitura Municipal. Ao todo o Município está investindo R\$ 280 mil na aquisição de novos equipamentos com a compra de cama ginecológica, macas, biom-bos, entre outros.

Alerta Bicudo

A FMC Agricultural Solutions realiza hoje, em Sapezal, o projeto Alerta Bicudo por meio de uma série de ações de conscientização, manejo e prevenção para os produtores de algodão. Além deste, a companhia realizará mais três eventos: em Deciolândia na sexta, em Campo Verde no dia 17, e encerra em Mato Grosso do Sul.

*Bastidores da Política

Reajuste da água

Depois de projetos que tratam sobre o reajuste da água serem enviados inúmeras vezes para a Câmara e reprovados pelos vereadores, o prefeito resolveu emitir um decreto para reajustar a tarifa. O que causou um alvoroço entre os parlamentares que se sentiram ignorados pelo Executivo. Entretanto ao ser questionado sobre essa picuinha, Junqueira optou apenas em dizer que agiu dentro da legalidade.

Picuinha

O real motivo que levou a Casa de Leis a recusar inúmeras vezes o projeto de reajuste está suspenso, já que ao final da administração de José Pereira Filho, os vereadores pediram que o projeto voltasse a câmara para ser votado e o reprovaram assim que Fábio Junqueira reassumiu o cargo. Se existe de fato uma picuinha entre os Poderes, cada um se posiciona onde a cadeira é mais confortável.

Bom pagador

Segundo o secretário-chefe da Casa Civil, Paulo Taques, o projeto “bom pagador” oferece três opções de quitação dos restos a pagar processados relativos aos exercícios de 2013 e 2014. Essas medidas foram tomadas levando em consideração o cenário econômico encontrado no estado e a determinação do governador em pagar os credores.

Estudos de viabilidade

Nos próximos 75 dias o governo de Mato Grosso e o Consórcio VLT Cuiabá-Várzea Grande vão apresentar estudos de viabilidade e detalhes de como será executada a obra do Veículo Leve Sobre Trilhos. A decisão foi tomada em audiência de conciliação na primeira vara da Justiça Federal em Cuiabá, realizada na terça-feira.

Representatividade

A secretária de Assistência Social de Diamantino, Thérèse Silva foi eleita vice-presidente do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social de Mato Grosso (Coegemas-MT), a primeira-dama de Jusci-meira, Keli Paniago, foi reconduzida ao cargo de presidente. A eleição aconteceu esta semana.

Restos a pagar

O governador Pedro Taques encaminhou à Assembleia Legislativa o projeto de lei propondo o Leilão Reverso e a compensação de créditos inscritos na dívida ativa para o pagamento de contas herdadas da gestão anterior. Esta é mais uma das ações de Taques para honrar os R\$ 700 milhões em dívidas contabilizadas de restos a pagar.

Cronograma VLT I

Dentro deste prazo, o Governo vai apresentar em 45 dias um cronograma para as desapropriações que ainda estejam pendentes e o Consórcio VLT se comprometeu, no prazo de 30 dias, em apresentar para a justiça a resposta do relatório de dezembro de 2014 elaborado pela empresa que gerencia as obras.

Cronograma VLT II

No mesmo prazo, o consórcio apresentará um cronograma financeiro trimestral para finalização do modal que, conforme a empresa, será concluída até 2018. Também ficou acordado entre as partes a inspeção nos vagões no prazo de 15 dias e, a partir de março, inspeções mensais a fim de comprovar a manutenção dos trens.

Diário da Serra

O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

Propriedade da Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
ISSN 2238-6487

FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on-line desde 06 de setembro de 1997

ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Jardim do Lago 9 - Tangará da Serra - MT - CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4734 Fax 3326-6501

CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Dantes Alves, Nova Olímpia, Nova Montanha, Santo Antônio, Serra do Engenheiro, Campo Novo do Parede e Sapezal
Tiragem total: 1.5 mil exemplares

ADMINISTRATIVO DIREÇÃO GERAL Mário Reski mario@diariodaserra.com.br DIREÇÃO ADMINISTRATIVA Silvana Torres silvana@diariodaserra.com.br	DEPARTAMENTO COMERCIAL PUBLICIDADE E ASSINATURA Diário da Serra Editora e Publicadora Ltda Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 01 CNPJ 10.285.154/0001-37 PUBLICIDADE LEGAL E. Torres & Cia Ltda-ME Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02 CNPJ 14.048.125/0001-07
REDAÇÃO DIREÇÃO DE JORNALISMO Fabrício Torres redacao@diariodaserra.com.br	GRÁFICA Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME Av. Tancredo Neves, 1247-W CNPJ 01.028.544/0001-09
DEPTO. DE ARTES Gean Michel Lourenço Costa Reinaldo Manarin Neto	CONTATO di@diariodaserra.com.br adm@diariodaserra.com.br

CONTATO
di@diariodaserra.com.br
adm@diariodaserra.com.br

CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br

64% dos cuiabanos confiam em Pedro Taques

Pesquisa do Instituto Vetor revelou que 64% dos cuiabanos confiam no governador Pedro Taques (PDT). A pesquisa, que faz parte da décima edição do projeto “Nossa Casa”, foi realizada entre os dias 20 a 30 de março, na capital mato-grossense, e foi operacionalizada e financiada pelo instituto de pesquisas. Prestes a completar 100 dias de gestão, Taques tem avaliação positiva de 42% dos cuiabanos. Segundo os dados, 36% dos cuiabanos consideram a administração de Taques como “boa”. Já 6% a veem como “ótima”. Para 29%, a administração de Taques é “regular”. Se somados à maioria dos entrevistados que aprovaram a gestão até então, Taques possui 71% de aprovação. Os que julgam o Governo “ruim” ou “péssimo”, segundo a Vetor, são 10% cada.

Ilustração: Reinaldo Netto

